PRESENTE A REUNIÃO REALIZADA EM

18/06/2021

viver fundão

RELATÓRIO E CONTAS

2020

Fundão, 26 de maio de 2021

425

PRESENTE À REUNIÃO REALIZADA EM

18/06/2021

RELATÓRIO E CONTAS

<< ANO DE 2020>>

FIRMA:	**ViverFundão- Pr.G.C.E.I. Concelho do Fundão, EM**		
MORADA:	**Praça do Município**		
LOCALIDADE:	**Fundão**		
CÓD.POSTAL:	**6230 FUNDÃO**		
TELEFONE:	**275 779 060**	**FAX:**	
NIPC:	**507 197 895**	**C.R.C.:**	**C.R.C.Fundão sob o nº 3/20050728 - 1**

ÍNDICE:

1 – RELATÓRIO DE GESTÃO ____ 3

3 – BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 ____ 6

4 – DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 ____ 7

5 – DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 ____ 8

6 – DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2019 ____ 9

7 – DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2020 ____ 10

8 – ANEXO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 ____ 11

9 – ATA DE APROVAÇÃO DE CONTAS

10 – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

11 – RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

1 – Relatório de gestão

1.1 – Órgão de gestão

Conselho de administração:

Presidente: Dr. Paulo Alexandre Bernardo Fernandes

Vogal: Dr. Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos

Vogal: Dr.ª Maria Alcina Domingues Cerdeira

Fiscal único:

Cruz Martins e Associada, SROC, Lda., representada por Dr. João Cruz Martins

1.2 - Enquadramento

No cumprimento do disposto nos artigos 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, vem o Conselho de Administração da Viverfundão – Promoção e Gestão das Condições Estruturais e Infraestruturais para o Concelho do Fundão, EM, apresentar o Relatório de Gestão e Contas referentes ao período económico de 2020.

1.3 – Objeto social

A Viverfundão – Promoção e Gestão das Condições Estruturais e Infraestruturais para o Concelho do Fundão, EM, pessoa coletiva n.º 507 197 895, é uma empresa municipal constituída em 2005, cujo objeto social consiste na conceção, criação, desenvolvimento, promoção e gestão das condições estruturais e infraestruturais para o concelho do Fundão, nomeadamente, para as áreas do estacionamento urbano, da recuperação e requalificação urbana da habitação, do ambiente, da recuperação e requalificação ambiental, da formação e ensino, cultura e desporto, do desenvolvimento económico, social e industrial, do acesso, instalação e utilização das novas tecnologias, do abastecimento de água, da recolha de resíduos sólidos, da limpeza, do tratamento de efluentes, da jardinagem e do turismo, tal como se prevê no nº 1 do art. 2º dos Estatutos da ViverFundão, EM. Pretendendo dinamizar, qualificar e valorizar o tecido estrutural e infraestrutural deste Concelho, valorizando dessa forma o tecido económico, social e cultural do mesmo, procura-se a melhor forma para a realização desse potencial nesta localidade, com vista ao fomento e promoção das atividades locais e sempre com o objetivo de apoio às populações. A ViverFundão, EM. tem a sua sede social na Praça do Município, Fundão e encontra-se registada na Conservatória do Registo Comercial do Fundão, sob o n.º 3/20050728 - 1.

1.4. Enquadramento

A pandemia do COVID e as medidas necessárias à sua contenção traduziram-se num choque muito severo sobre a empresa. Os principais resultados mostram uma quebra bastante expressiva da atividade da empresa no ano 2020, com efeitos adversos sobre a sua liquidez. O reforço de serviços de limpeza, tanto nos edifícios municipais, bem como na urbana, foi reforçado para a sua limpeza e desinfeção de acordo com as normas vigentes no combate ao vírus e sua propagação. Ainda foi

PRESENTE À REUNIÃO REALIZADA EM
18/06/2021

criado um novo serviço de recolha de "monos" deixados nos pontos de recolha de lixo doméstico, bem como a recolha porta a porta. Assim houve um aumento de 189.395,52€ em pessoal e um decréscimo de faturação de 149.277,69€ nas piscinas municipais e snack-bar do multiuso.

1.4 - Proposta de aplicação de resultados

A empresa apurou em 2020 um resultado líquido positivo de 4.694,06 euros, propondo-se a sua transferência para a conta de Resultados Transitados. Por último refere-se que a empresa municipal não tem dívidas em mora ao Sector Público Estatal.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pelo órgão de gestão e autorizadas para emissão em 26 Maio de 2021

Fundão, 26 de maio 2021

O Conselho de Administração

Presidente

Dr. Paulo Alexandre Bernardo Fernandes

Vogal

Dr. Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos

Vogal

Dr.ª Maria Alcina Domingues Cerdeira

PRESENTE À REUNIÃO REALIZADA EM
18/06/2021

2 – Anexo ao relatório de gestão

Sócios em 31 de dezembro de 2020

Relação a que se refere o nº 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais.

Socios	Capital (euros)	% do Capital Social
Câmara Municipal do Fundão	2.970.000	100%

O capital encontra-se totalmente realizado.

O Conselho de Administração

Presidente

Dr. Paulo Alexandre Bernardo Fernandes

Vogal

Dr. Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos

Vogal

Dr.ª Maria Alcina Domingues Cerdeira

Fundão, 26 de maio 2021

PRESENTE À REUNIÃO REALIZADA EM

18/06/2021

viver fundão

3 – Balanço individual em 31 de dezembro de 2020

Moeda: EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS 2020	PERÍODOS 2019
ATIVO			
Ativos não correntes			
Ativos fixos tangíveis	5	3.122.902,82	3.120.101,78
Propriedades de investimento	6	3.641.795,35	4.132.698,88
Outros investimentos financeiros	7	11.052,94	7.572,49
Créditos a receber	8	605.050,50	634.816,48
		7.380.801,61	7.895.189,63
Ativo corrente			
Inventários	9	13.967,70	12.830,33
Clientes	10	60.945,29	153.535,59
Estado e outros entes públicos	11	30.814,31	
Outros créditos a receber	12	355.849,03	38.062,92
Diferimentos	13	4.010,24	5.616.71
Ativos não correntes detidos para venda	14	537.390,84	
Caixa e depósitos bancários	15	413.517,12	15.989,96
		1.416.494,53	226.035,51
Total do ativo		8.797.296,14	8.121.225,14
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	16	2.970.000,00	2.970.000,00
Resultados transitados	17	365.638,03	303.771,66
Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	18	-108.424,89	-108.424,89
Resultado líquido do período		4.694,06	61.866,37
Total do capital próprio		3.231.907,20	3.227.213,14
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	19	4.242.716,66	3.498.754,39
Outras dívidas a pagar	20	485.939,32	515.000,00
		4.728.655,98	4.013.754,39
Passivo corrente			
Fornecedores	21	12.342,71	46.975,32
Estado e outros entes públicos	11	30.418,58	41.699,12
Financiamentos obtidos	19	296.170,79	260.669,80
Outras dívidas a pagar	20	483.861,49	530.913,37
Diferimentos	13	13.939,39	
		836.732,96	880.257,61
Total do passivo		5.565.388,94	4.894.012,00
Total do capital próprio e do passivo		8.797.296,14	8.121.225,14

Fundão, 26 de maio 2021

O Contabilista Certificado:

Jorge Manuel Gonçalves Costa
cc 10902

O Conselho de Administração

430

PRESENTE À REUNIÃO REALIZADA EM 18/06/2021

4 – Demonstração individual dos resultados por natureza período findo em 31 de dezembro de 2020

Moeda: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS 2020	PERÍODOS 2019
Vendas e serviços prestados	22	640.793,09	745.136,65
Subsídios à exploração	23	530.348,05	231.248,02
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	24	-73.389,24	-106.537,04
Fornecimentos e serviços externos	25	-135.597,59	-197.446,38
Gastos com o pessoal	26	-677.748,80	-488.353,28
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	27	-67.647,60	-1.034.015,14
Outros rendimentos	28	2.100,50	1.173.087,03
Outros gastos	29	-22.926,01	-71.286,80
Resultados antes de depreciações, gasros de financiamento e impostos		195.932,40	251.833,06
Gastos / reversões de depreciações e amortizações	30	-82.437,41	-81.062,95
Resultados operacionais (antes de gastos de financiamento e impostos)		113.494,99	170.770,11
Juros e gastos similares suportados	31	-107.355,92	-88.844,10
Resultados antes de impostos		6.139,07	81.926,01
Imposto sobre o rendimento do período	32	-1.445,01	-20.059,64
Resultado líquido do período		4.694,06	61.866,37

Fundão, 26 de maio 2021

O Contabilista Certificado:

O Conselho de Administração

431

5 – Demonstração individual de fluxos de caixa período findo em 31 de dezembro de 2020

Moeda: EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS 2020	PERÍODOS 2019
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes		723.469,36	809.157,60
Pagamentos a fornecedores		-265.289,69	-349.089,63
Pagamentos ao pessoal		-636.861,05	-463.687,17
Caixa gerada pelas operações		**-178.681,38**	**-3.619,20**
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		33.277,04	-1.262,48
Outros recebimentos/pagamentos		70.700,08	128.609,96
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		**-74.704,26**	**123.728,28**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-220.927,49	-275.916,33
Investimentos financeiros		-3.336,36	
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		23.552,00	23.552,00
Juros e rendimentos similares		1,53	
Fluxos de caixa das atividades de investimento [2]		**-200.710,32**	**-252.364,33**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Fianciamentos obtidos		777.982,81	3.300.000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-62.496,79	-3.104.580,49
Juros e gastos similares		-42.544,28	-85.047,87
Fluxos de caixa das atividades de financiamento [3]		**672.941,74**	**110.371,64**
Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		**397.527,16**	**-18.264,41**
Caixa e seus equivalentes no início do período		**15.989,96**	**34.254,37**
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	**413.517,12**	**15.989,96**

Fundão, 26 de maio 2021

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

PRESENTE À REUNIÃO REALIZADA EM 18/06/2021

6 – Demonstração individual das alterações no capital próprio no período 2019

Moeda: EURO

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Interesses minoritários	Total do capital próprio
		Capital realizado	Ações quotas próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2019		2.970.000,00						271.041,22			-108.424,89	32.730,44	3.165.346,77	3.165.346,77
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17							32.730,44				-32.730,44		
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								32.730,44				-32.730,44		
RESULTADO INTEGRAL												61.866,37	61.866,37	61.866,37
OPERAÇÕES C/ DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												29.135,93	61.866,37	61.866,37
Entradas para cobertura de perdas														
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2019		2.970.000,00						303.771,66			-108.424,89	61.866,37	3.227.213,14	3.227.213,14

viver fundão

7 – Demonstração individual das alterações no capital próprio no período 2020

Moeda: EURO

DESCRIÇÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe												Interesses minoritários	Total do capital próprio
	Capital realizado	Ações quotas próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
NOTAS							17							
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2020	2.970.000,00						303.771,65			-108.424,89	61.866,37	3.227.213,14		3.227.213,14
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							61.866,37				-61.866,37			
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							61.866,37				-61.866,37			
RESULTADO INTEGRAL											4.694,06	4.694,06		4.694,06
OPERAÇÕES C/ DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											-57.172,31	4.694,06		4.694,06
Entradas para cobertura de perdas														
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2020	2.970.000,00						365.638,03			-108.424,89	4.694,06	3.231.907,20		3.231.907,20

Fundão, 26 de maio 2021

O Contabilista Certificado

CC 10902

O Conselho de Administração

8 – Anexo em 31 de dezembro de 2020

1 – Identificação da entidade

1.1 - Designação social: Viverfundão – Promoção e Gestão das Condições Estruturais e Infraestruturais para o Concelho do Fundão, EM

1.2 - Sede: Praça do Município, Fundão

1.3 - NIPC: 507 197 895

1.4 - Atividade

A Viverfundão, EM é uma empresa municipal que desempenha a sua atividade no âmbito criação, desenvolvimento, promoção e gestão das condições estruturais e infraestruturais para o concelho do Fundão, nomeadamente, para as áreas do estacionamento urbano, da recuperação e requalificação urbana da habitação, do ambiente, da recuperação e requalificação ambiental, da formação e ensino, cultura e desporto, do desenvolvimento económico, social e industrial, do acesso, instalação e utilização das novas tecnologias, do abastecimento de água, da recolha de resíduos sólidos, da limpeza, do tratamento de efluentes, da jardinagem e do turismo, tal como se prevê no nº 1 do artº. 2º do seu Estatuto.

No decurso do período económico de 2012, com referência a 31 de julho de 2012, incorporou, por fusão; o património, obrigações e direitos da empresa FundãoVerde – Espaços e Jardins, EEM, contribuinte fiscal nº 507017412.Com a fusão da FundãoVerde – Espaços e Jardins, EEM nesta entidade; todas as atividades desenvolvidas por aquela passaram a ser desenvolvidas pela ViverFundão, EEM, tendo este facto tido impacto no património e exploração da empresa com efeitos a partir de 31 de julho de 2012.

1.5 - Moeda

Sempre que não exista outra referência, os montantes encontram-se expressos em euros.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeira

2.1 - Referencial contabilístico

A empresa preparou as demonstrações financeiras de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo DL 158/2009 de 13 de julho; tendo como referencial as 28 Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF – Modelo integral), aprovadas pelo Aviso nº 15655/2009 de 7 de setembro.

2.2 – Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com o enquadramento legal em vigor.

2.3 - Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

PRESENTE À REUNIÃO REALIZADA EM 18/06/2021

2.4 - Derrogações das disposições do SNC

Não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC no período.

3– Principais políticas contabilísticas

3.1- Base de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

3.1.1 - Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes, numa base duodecimal.

3.1.2 – Propriedades de investimento

As propriedades de investimento encontram-se reconhecidas ao custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes, numa base duodecimal.

3.1.3 - Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes, numa base duodecimal, em conformidade com o período de vida útil estimado.

3.1.4 – Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição.

3.1.5 - Inventários

Os inventários encontram-se registados ao custo de aquisição sendo utilizado o critério FIFO na movimentação dos mesmos.

3.1.6 – Clientes e outras contas a receber

As contas de "Clientes" e "Outros contas a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas "Perdas de imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido. Os saldos registados nas contas de "Clientes" e de "Outras contas a receber" estão mensurados ao custo.

3.1.7 – Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos em bancos e outros instrumentos de curto prazo de alta liquidez. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

3.1.8 - Capital subscrito

O valor corresponde ao capital subscrito, se houver capital por realizar encontra-se reconhecido no ativo do balanço, na rubrica "Capital subscrito e não realizado"

3.1.9 – Resultados transitados e reservas

Estas rubricas são movimentadas tendo em conta as deliberações do órgão competente quanto à aplicação dos resultados obtidos, do reequilíbrio financeiro ou de outra qualquer situação com as mesmas relacionada.

3.1.10 - Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.1.11 – Estado e outros entes públicos

Esta rubrica regista os valores a receber e os valores a pagar ao Estado e outros entes públicos por via dos diversos impostos e taxas.

3.1.12 – Fornecedores e outras dívidas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.1.13 – Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela venda de bens e pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

A empresa reconhece em "Outros rendimentos e ganhos" outros rendimentos não diretamente ligados com a atividade operacional.

3.1.14 - Subsídios recebidos

Os subsídios são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, sendo os mesmos reconhecidos em função dos contratos estabelecidos, independentemente do momento de recebimento dos mesmos.

3.1.15 - Impostos sobre o lucro

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 12,5% sobre os primeiros 25.000,00 euros de matéria coletável e à taxa de 21% sobre a matéria coletável remanescente. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2017 a 2020 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa não procedeu ao registo de impostos diferidos em anos anteriores, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, uma vez que não previa gerar lucros fiscais contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

3.2 - Estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizadas efetuadas estimativas com base em pressupostos que afetam as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

4 – Fluxos de caixa

4.1 - Método utilizado na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa tem por base os registos contabilísticos dos recebimentos e pagamentos efetuados pelo método direto.

4.2 - Desagregação dos valores inscritos nas rubricas de caixa, depósitos bancários e equivalentes de caixa:

Descrição	Conta	31-12-2020	31-12-2019
Caixa	11	1.530,90	3562,98
Depósitos à ordem	12	8.986,22	9.426,98
Depósitos a prazo	13	403.000,00	3.000,00
	Total de caixa	1.530,90	3.562,98
	Total de depósitos bancários	411.986,22	12.426,98
	Descobertos bancários		
	Total de caixa e seu equivalentes	413.517,12	15.989,96

5 - Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações foi o seguinte:

Descrição	Saldo em 01-01-2019	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-12-2019
Ativo fixo tangível Bruto:						
Terrenos e recursos naturais	3.085.485,13					3.085.485,13
Edifícios e out. construções	19.364,87	21.508,65				40.873,52
Equipamento básico	69.805,72	2.026,25				71.831,97
Equipamento de transporte	63.703,79					63.703,79
Equipamento administrativo	24.253,87	1.813,74				26.067,61
Outros act. fixos tangíveis	7.409,60					7.409,60
Ativo fixo tangível Bruto	3.270.022,98	25.348,64				3.295.371,62
Depreciações acumuladas:						
Edifícios e out. construções	13.232,68	2.366,66				15.599,34
Equipamento básico	60.791,24	3.195,87				63.987,11
Equipamento de transporte	63.703,79					63.703,79
Equipamento administrativo	22.491,38	2.539,84				25.031,22
Outros act. fixos tangíveis	6.445,21	503,17				6.948,38
Depreciações acumuladas	166.664,30	8.605,54				175.269,84
Ativo fixo tangível líquido	3.103.358,68					3.120.101,78

Descrição	Saldo em 01-01-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-12-2020
Ativo fixo tangível Bruto:						
Terrenos e recursos naturais	3.085.485,13					3.085.485,13
Edifícios e out. construções	40.873,52					40.873,52
Equipamento básico	71.831,97	8.317,87				80.149,84
Equipamento de transporte	63.703,79					63.703,79
Equipamento administrativo	26.067,61	4.463,17				30.530,78
Outros act. fixos tangíveis	7.409,60					7.409,60
Ativo fixo tangível Bruto	3.295.371,62	12.781,04				3.308.152,66
Depreciações acumuladas:						
Edifícios e out. construções	15.599,34	2.366,66				17.966,00
Equipamento básico	63.987,11	4.605,01				68.592,12
Equipamento de transporte	63.703,79					63.703,79
Equipamento administrativo	25.031,22	2.547,11				27.578,33
Outros act. fixos tangíveis	6.948,38	461,22				7.409,60
Depreciações acumuladas	175.269,84	9.980,00				185.249,84
Ativo fixo tangível líquido	3.120.101,78					**3.122.902,82**

6 – Propriedades de investimento

O movimento ocorrido nas propriedades de investimento e respetivas depreciações foi o seguinte:

Descrição	Saldo em 01-01-2019	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do justo valor	Depreciações	Saldo em 31-12-2019
Escola Profissional do Fundão:							
Edifício	2.168.891,85					-72.457,41	2.096.434,44
Terreno	966.094,64						966.094,64
Grémio							
Edifício	66.774,46						66.774,46
Terreno	22.258,16						22.258,16
Edifício da IFAL							
Edifício		402.640,08					402.640,08
Terreno		134.750,76					134.750,76
Propriedades de investimento em curso	347.966,18	95.780,16					443.746,34
Total propriedades de investimento	3.571.985,29	633.171,00				-72.457,41	4.132.698,88

Descrição	Saldo em 01-01-2020	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do justo valor	Depreciações	Saldo em 31-12-2020
Escola Profissional do Fundão:							
Edifício	2.096.434,44					-72.457,41	2.023.977,03
Terreno	966.094,64						966.094,64
Grémio							
Edifício	66.774,46						66.774,46
Terreno	22.258,16						22.258,16
Edifício da IFAL							
Edifício	402.640,08			-402.640,08			
Terreno	134.750,76			-134.750,76			
Propriedades de investimento em curso	443.746,34	118.944,72					562.691,06
Total propriedades de investimento	4.132.698,88	118.944,72		-537.390,84		-72.457,41	3.641.795,35

As propriedades de investimento encontram-se valorizadas ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações. A administração da empresa, em períodos anteriores, decidiu praticar taxas de amortização diferentes, no entanto, desde 2018 que optou por aplicar a taxa mínima (2,5%) previstas no DR 25/2009 de 14 de setembro mantendo a mesma política para os períodos seguintes.

Tendo Em consideração que a Administração da empresa pretende vender o edifício da IFAL e respetivos terrenos conforme deliberação tomada em 22 de janeiro de 2021 titulada pela ata 1/2021, procedeu-se à reclassificação dos respetivos ativos de "Propriedades de investimento" para "ativos não correntes detidos para venda"

7 – Outros investimentos financeiros

Os valores registados na rubrica de "outros investimentos financeiros" são os apresentados no quadro seguinte:

Descrição	31-12-2020	31-12-2019
Participação no capital do Crédito Agrícola	500,00	500,00
FCT - Fundo Compensação do Trabalho	10.552,94	7.072,49
Total bruto	11.052,94	7.572,49
Perdas por imparidade		
Total líquido	11.052,94	7.572,49

8 – Créditos a receber

Os valores registados na rubrica "Créditos a receber" dizem respeito a créditos não correntes e são os apresentados no quadro seguinte:

Descrição	31-12-2020	31-12-2019
Valor não corrente a receber da Central de Biomassa do Fundão	548.290,56	571.842,56
Valor não corrente a receber da Imobiomass - Imobiliária e Gestão Florestal, Lda	56.759,94	62.973,92
Total bruto	605.050,50	634.816,48
Perdas por imparidade		
Total líquido	605.050,50	634.816,48

9 – Inventários

Os valores registados em "inventários" são os apresentados no quadro seguinte:

Descrição	31-12-2020	31-12-2019
Mercadorias	13.967,70	12.830,33
Total bruto	13.967,70	12.830,33
Perdas por imparidades		
Total líquido	13.967,70	12.830,33

10 – Clientes

Os valores registados em "clientes" são os apresentados no quadro seguinte:

Descrição	31-12-2020		31-12-2019	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Clientes conta corrente	60.945,29		153.535,59	
Clientes de cobrança duvidosa	1.101.662,74		1.034.015,14	
Total bruto	1.162.608,03		1.187.550,73	
Perdas por imparidade	1.101.662,74		1.034.015,14	
Total líquido	60.945,29		153.535,59	

Descrição	31-12-2020		31-12-2019	
	Clientes gerais	Grupo / relacionados	Clientes gerais	Grupo / relacionados
Clientes conta corrente	60.945,29		153.535,59	
Clientes de cobrança duvidosa	1.101.662,74		1.034.015,14	
Totais	1.162.608,03		1.187.550,73	

Em 2019, após diversas tentativas sem sucesso para receber e/ou renegociar a dívida a receber da Ass. Promotora Ens. Profissional C. Beira (Escola Profissional do Fundão), a Administração decidiu instaurar um processo judicial contra aquela entidade. O processo foi instaurado no início de 2020. Em 2020 foi constituída a perda por imparidade do remanescente do crédito sobre aquela entidade conforme se apresenta no quadro seguinte:

Perdas por imparidade	31-12-2020	31-12-2019
Saldo a 1 de Janeiro	1.034.015,14	
Aumento	67.647,60	1.034.015,14
Saldo em 31 de Dezembro	**1.101.662,74**	**1.034.015,14**

11 – Estado e Outros Entes Públicos

Os valores registados no "Estado e Outros Entes Públicos" são os apresentados nos quadros seguintes:

Descrição	31-12-2020	31-12-2019
Valores ativos:		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	30.814,31	
Total dos valores ativos	**30.814,31**	
Valores passivos:		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)		1.017,84
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	13.830,67	30.314,31
Retenções de imposto sobre o rendimento	2.383,00	964,00
Contribuições para a S.Social / Caixa Geral de Aposentações / ADSE	14.204,91	9.402,97
Total dos valores passivos:	**30.418,58**	**41.699,12**

Estado e outros entes públicos - Valores passivos

Descrição	31-12-2020		31-12-2019	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)			1.017,84	
Retenções de imposto sobre o rendimento	2.383,00		964,00	
Contribuições para a S.Social / Caixa Geral de Aposentações / ADSE	14.204,91		9.402,97	
Outros impostos e taxas	13.830,67		30.314,31	
Totais	**30.418,58**		**41.699,12**	

A empresa não tinha quaisquer impostos em mora.

12 – Outros créditos a receber

Os valores registados em "Outros créditos a receber" são os apresentados no quadro seguinte:

Descrição	31-12-2020		31-12-2019	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Câmara Municipal do Fundão - Apoio no âmbito da Pandemia Covid-19	295 112,24			
Fornecedores	1 371,02		1.352,60	
IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional	16 267,12			
CBF - Central de Biomassa do Fundão LDA	23 552,00		23.552,00	
Imobiomass - Imobiliária e Gestão Florestal, Lda	19 372,30		13.158,32	
Outros	174,35			
Total bruto	**355.849,03**		**38.062,92**	
Perdas por imparidade				
Total líquido	**355.849,03**		**38.062,92**	

13 – Diferimentos

Os valores registados em diferimentos são os apresentados no quadro seguinte:

Descrição	31-12-2020	31-12-2019
Valores activos:		
Seguros pagos antecipadamente	3.923,01	5.568,09
Outros gastos a reconhecer	87,23	48,62
Total dos valores activos	**4.010,24**	**5.616,71**
Valores passivos:		
Rendimentos a reconhecer	13.939,39	
Total dos valores passivos:	**13.939,39**	

15 – Ativos não corrente detidos para venda

Tendo Em consideração que a Administração da empresa pretende vender o edifício da IFAL e respetivos terrenos conforme deliberação tomada em 22 de janeiro de 2021 titulada pela ata 1/2021, procedeu-se à reclassificação dos respetivos ativos de "Propriedades de investimento" para "ativos não correntes detidos para venda"

Descrição		
Terrenos da IFAL	134.750,76	
Edifícios da IFAL	402.640,08	
Totais	**537.390,84**	

15 – Caixa e depósitos bancários

Os valores registados em "caixa e depósitos bancários" são os apresentados no quadro seguinte:

Descrição	31-12-2020	31-12-2019
Caixa	1.530,90	3.562,98
Depósitos à ordem	8.986,22	9.426,98
Depósitos à prazo	403.000,00	3.000,00
Totais	**413.517,12**	**15.989,96**

16 – Capital subscrito

O Capital encontra-se totalmente realizado e é detido a 100% pela Câmara Municipal do Fundão.

Accionistas / Sócios	31-12-2020		31-12-2019	
	%	Valor	%	Valor
Câmara Municipal do Fundão	100,00%	2.970.000,00	100,00%	2.970.000,00
Totais	100,00%	2.970.000,00	100,00%	2.970.000,00

17 - Resultados transitados

Os movimentos registados em "Resultados transitados" são os apresentados no quadro seguinte e decorrem das deliberações sobre a aplicação de resultados aprovadas nas Assembleia Gerais.

Descrição	31-12-2020	31-12-2019
Saldo em 1 de janeiro	303.771,66	271.041,22
Tranferência de lucros	61.866,37	32.730,44
Saldo em 31 de dezembro	**365.638,03**	**303.771,66**

18 – Outras variações nos capitais próprios.

O valor registado nesta rubrica diz respeito à incorporação por via do processo de fusão, do resultado obtido desde o início do período económico até à data da mesma, pela entidade fundida (Fundão Verde Espaços e Jardins, EM).

À data da fusão (31 de julho de 2012) a entidade fundida tinha pendente um processo de impugnação (Processo nº 675/09.5BECTB) de liquidações adicionais de IVA referentes aos 3º e 4º trimestres de 2005 e aos 4 trimestres de 2006 e 4 trimestres de 2007 no montante global de 180.465,65 euros (128.835,00 euros de imposto, 11.490,96 euros de juros compensatórios, 38.505,78 euros de juros de mora e 1.633,91 de custas), junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco. Tendo em conta que até à data de apresentação das contas referentes a 2015 não havia qualquer indicação inequívoca quanto ao sentido da decisão no referido processo, foi dado conta da situação através da divulgação do passivo contingente na nota 32 do anexo às contas daquele período.

Em 6 de dezembro de 2016 foi proferida sentença condenatória da entidade e fixado o valor a pagar de 140.325,96 euros (128.835,00 euros de imposto e 11.490,96 euros de juros compensatórios). Conhecida a sentença, a administração da Viverfundão (sociedade incorporante da Fundão Verde Espaços e Jardins,

EM) decidiu aderir ao programa PERES – Programa Especial de Redução de Endividamento ao Estado (DL nº 67/2016 de 3 de novembro) para efetuar o pagamento da dívida. Das condições de adesão resultou o perdão todos os juros e custas tendo a entidade pago o valor de 128.835,00 euros respeitante ao imposto em causa.

Considerando que os valores referidos não resultam da atividade desta entidade, mas da atividade da entidade incorporada, entendeu-se conveniente reconhecer o montante pago na conta de capital onde foi reconhecido o valor do resultado líquido da incorporada à data a incorporação pelo que os valores são os apresentados no quadro seguinte:

Descrição	31-12-2020	31-12-2019
Resultado líquido incorporado pelo processo de fusão	-108.424,89	-108.424,89
Totais	**-108.424,89**	**-108.424,89**

Em 16/09/2020 foi proferido acórdão pelo Supremo Tribunal Administrativo que concedeu provimento ao recurso interposto da sentença proferida pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco em 30/11/2016; que revogou a sentença recorrida e anulou as liquidações impugnadas. A sentença proferida pelo Supremo Tribunal Administrativo condenou a Autoridade Tributária à devolução do valor do IVA pago no âmbito do programa PERES, no montante de 128.835,00 euros, valor que foi recebido em 12/05/2021. Nesta data, foi reconhecido nos capitais próprios o valor recebido, invertendo desta forma o tratamento contabilístico adotado aquando do pagamento.

19 – Financiamentos obtidos

Os valores registados em "financiamentos obtidos" são apresentados no quadro seguinte.

Descrição	31-12-2020		31-12-2019	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários	258.674,00	3.230.303,24	250.000,00	3.200.000,00
Outros financiadores (IHRU-INST. HABITAÇÃO REABILITAÇÃO URBANA)	37.496,79	1.012.413,42	10.669,80	298.754,39
Totais	**296.170,79**	**4.242.716,66**	**260.669,80**	**3.498.754,39**

Os prazos de reembolsos do empréstimo bancários são os apresentados no quadro seguinte. e dizem respeito uma conta corrente caucionada de 225.000,00 euros junto do Crédito Agrícola, a um financiamento de 3.263.977,24 euros junto do Crédito Agrícola e a um financiamento concedido pelo IHRU – Inst.Habitação e Reabilitação Urbana no montante de 1.049.910,21 euros.

Prazos de reembolso dos financiamentos obtidos	31-12-2020	31-12-2019
Menos de um ano	296.170,79	260.669,80
1 a 2 anos	174.154,07	116.415,72
2 a 3 anos	177.728,22	154.973,52
3 a 4 anos	181.194,93	158.705,99
4 a 5 anos	185.163,90	162.534,83
Mais de 5 anos	3.524.475,54	2.906.124,33
Totais	**4.538.887,45**	**3.759.424,19**

20 - Outras dívidas a pagar

Os valores registados em "Outras dívidas a pagar" são os apresentados no quadro seguinte.

Descrição	31-12-2020		31-12-2019	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Fornecedores de investimentos	367.911,43	432.939,32	433.657,00	462.000,00
Credores por acréscimos de gastos:				
Seguros a liquidar			1.814,90	
Férias, sub. Férias e encargos	84.216,53		57.463,10	
Juros a liquidar	834,40		3.796,23	
Imposto municipal s/imóveis	14.651,17		14.633,71	
Outros credores por acréscimos de gastos	2.260,24		6.361,54	
Outras contas a pagar	13.987,72	53.000,00	13.186,89	53.000,00
Totais	**483.861,49**	**485.939,32**	**530.913,37**	**515.000,00**

21 – Fornecedores

Os valores registados em "Fornecedores" são os apresentados nos quadros seguintes.

Descrição	31-12-2020		31-12-2019	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Fornecedores conta corrente	12.342,71		46.975,32	
Totais	**12.342,71**		**46.975,32**	

Descrição	31-12-2020		31-12-2019	
	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados
Fornecedores conta corrente	12.342,71		46.975,32	
Totais	**12.342,71**		**46.975,32**	

22 – Vendas e prestações de serviços

Os valores registados em "Vendas" resultam da comercialização de artigos de *merchandising* nos Postos de Turismo e em eventos diversos.

Os valores registados em "Prestações de serviços" dizem respeito a receitas provenientes de serviços de jardinagem, limpeza urbana e de receitas decorrentes da exploração das piscinas municipais.

O efeito da pandemia Covid-19 provocou uma redução significativa no valor da prestação de serviços em 2020 face a 2019, nomeadamente, por via da redução das receitas das piscinas e da exploração do snack-bar do Multiusos.

Descrição	31-12-2020			31-12-2019		
	Mercado interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas:						
Vendas de produtos de "merchandising"	38.032,31		38.032,31	38.577,08		38.577,08
Total das vendas	38.032,31		38.032,31	38.577,08		38.577,08
Prestação de serviços:						
Serviços diversos	501.360,78		501.360,78	608.159,57		608.159,57
Rendas diversas	101.400,00		101.400,00	98.400,00		98.400,00
Total da prestação de serviços	602.760,78		602.760,78	706.559,57		706.559,57
Volume negócios (Vendas * P.S)	640.793,09		640.793,09	745.136,65		745.136,65

A administração da sociedade entende que as rendas referentes ao edifício onde funciona a "Escola Profissional do Fundão" devem ser consideradas como resultantes da atividade normal da empresa e reconhecidas na conta 72 – Prestação de serviços.

23 - Subsídios à exploração

O valor reconhecido corresponde ao Contrato Programa contratualizado entre a entidade e a Câmara Municipal do Fundão e o apoio do IEFP. Para além dos apoios referidos foi decidida, no início de 2021 pelo Município do Fundão, a atribuição de um apoio para compensar os efeitos da pandemia Covid-19 na quebra de receitas e no aumento dos gastos ocorridos em 2020. Assim, não estando as contas encerradas à data da decisão, foi possível reconhecer o rédito no valor de 295.112,24 euros.

Descrição	31-12-2020	31-12-2019
Contrato programa c/Câmara Municipal do Fundão	230.000,00	230.000,00
Apóio da Câmara Municipal do Fundão no âmbito da pandemia Covid-19	295.112,24	
Outros subsídios	5.235,81	1.248,02
Totais	**530.348,05**	**231.248,02**

24 – Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Os valores registados em "Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumida" são os apresentados no quadro seguinte.

Descrição	31-12-2020			31-12-2019		
	Mat.Primas, Subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Mat.Primas, Subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de Janeiro		12.830,33	12.830,33		11.258,71	11.258,71
Compras	41.276,87	33.249,74	74.526,61	90.073,57	18.035,09	108.108,66
Custo de vendas e das matérias consumidas	41.276,87	32.112,37	73.389,24	90.073,57	16.463,47	106.537,04
Saldo final em 31 de Dezembro		**13.967,70**	**13.967,70**		**12.830,33**	**12.830,33**

25 - Fornecimentos e serviços externos

Os valores registados em "Fornecimentos e serviços externos" são os apresentados no quadro seguinte.

Descrição	31-12-2020	31-12-2019
Serviços especializados	95.156,53	147.893,00
Materiais	17.236,42	16.190,36
Energia e fluídos	7.499,39	8.906,61
Deslocações, estadas e transportes		21,12
Serviços diversos:		
rendas e alugueres	701,95	3.469,90
comunicação	1.786,39	1.838,80
serguros	9.141,49	9.139,58
contencioso e notariado	1.737,00	530,53
despesas de representação	61,30	208,60
limpeza, higiene e conforto	661,15	155,56
outros serviços	1.615,97	9.092,32
Totais	**135.597,59**	**197.446,38**

26 – Gastos com o pessoal

Os valores registados em "Gastos com o pessoal" são os apresentados no quadro seguinte.

Descrição	31-12-2020	31-12-2019
Remunerações do pessoal	554.685,21	396.484,78
Encargos sobre remunerações	118.476,30	85.661,79
Seguros	3.432,29	5.156,71
Outros gastos com pessoal	1.155,00	1.050,00
Totais	**677.748,80**	**488.353,28**

PRESENTE À REUNIÃO REALIZADA EM
18/06/2021

27 – Perdas por imparidade

Em 2019, após diversas tentativas sem sucesso para receber e/ou renegociar a dívida a receber da Ass. Promotora Ens. Profissional C. Beira (Escola Profissional do Fundão), a Administração decidiu instaurar um processo judicial contra aquela entidade. O processo foi instaurado no início de 2020. Em 2020 foi constituída a perda por imparidade do remanescente do crédito sobre aquela entidade conforme se apresenta no quadro seguinte:

Descrição	31-12-2020			31-12-2019		
	Aumentos	Reversões	Total	Aumentos	Reversões	Total
Em dívidas a receber	67.647,60		67.647,60	1.034.015,14		1.034.015,14
Totais	67.647,60		67.647,60	1.034.015,14		1.034.015,14

28 - Outros rendimentos

Os valores registados em "Outros rendimentos" são os apresentados no quadro seguinte.

Descrição	31-12-2020	31-12-2019
Descontos de pronto pagamento obtidos		0,04
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	1.660,52	
Outros rendimentos e ganhos	439,98	1.173.086,99
Totais	**2.100,50**	**1.173.087,03**

Em 2019 a entidade registou em outros rendimentos e ganhos o valor de 1.172.545,47 euros referente ao perdão parcial da dívida de financiamento junto do Millennium BCP.

29 - Outros gastos

Os valores registados em "Outros gastos" são os apresentados no quadro seguinte.

Descrição	31-12-2020	31-12-2019
Impostos	20.590,62	57.110,62
Outros gastos e perdas	2.335,39	14.176,18
Totais	**22.926,01**	**71.286,80**

30 - Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Os valores registados em "Gastos / reversões de depreciação e amortização" são os apresentados no quadro seguinte.

Descrição	31-12-2020			31-12-2019		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	72.457,41		72.457,41	72.457,41		72.457,41
Activos fixos tangíveis	9.980,00		9.980,00	8.605,54		8.605,54
Totais	**82.437,41**		**82.437,41**	**81.062,95**		**81.062,95**

31 - Resultados financeiros

Os valores registados em "Juros e rendimentos similares" e "Juros e gastos similares" são os apresentados no quadro seguinte.

Descrição	31-12-2020	31-12-2019
Juros e gastos similares suportados:		
Juros suportados	107.355,92	88.844,10
Gastos financeiros	107.355,92	88.844,10
Resultados financeiros	-107.355,92	-88.844,10

32 – Imposto sobre o rendimento

A estimativa do Imposto sobre o rendimento reconhecido nas demonstrações financeiras foi efetuada de acordo com o apresentado no quadro seguinte.

Estimativa de IRC	31-12-2020	31-12-2019
Resultados antes de impostos	6.139,07	81.926,01
Matéria coletável	15.342,43	95.422,78
Taxa de IRC	12,50%	21,00%
Coleta	1.438,88	20.038,78
Tributações autonomas	6,13	20,86
Estimativa de IRC	1.445,01	20.059,64

Em 2020 a empresa beneficiou de uma redução à coleta de IRC no montante de 478,92 euros no âmbito do CEFEI II – Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento (artº 16º da Lei nº 27-A-2020 de 24 de julho).

33 – Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são as apresentadas nos quadros seguintes.

Transações com partes relacionadas

Identificação da entidade		Tipo transação	2020	2019
Designação:	Câmara Municipal do Fundão	Vendas		12.130,83
Sede:	Praça do Município, 6230-338 Fundão	Prestação de serviços	393.994,15	325.930,30
Nº Contribuinte:	506215695	Subsídios à exploração	525.112,24	230.000,00
% Capital Social:	100,00%	Venda de ativos fixos tangíveis		
		Compras de ativos fixos tangíveis		
		Aquisição de serviços		
		Outros gastos		
		Juros e rendimentos similares suportados		
TOTAIS		Vendas		12.130,83
		Prestação de serviços	393.994,15	325.930,30
		Subsídios à exploração	525.112,24	230.000,00
		Venda de ativos fixos tangíveis		
		Compras de ativos fixos tangíveis		
		Aquisição de serviços		
		Outros gastos		
		Juros e rendimentos similares suportados		

34 – Outras informações

Ónus sobre ativos

Ficha do ativo	Designação	Valor contabilístico	Tipo de ónus	Ónus a favor de:
200800002	Artº U-4532/CRP Nº 9751 - Terr.Escola Profissional	966.094,64	Hipoteca	Crédito Agricola
200800003	Artº U-4532/CRP Nº 9751 - Ed.Escola Profissional	2.096.434,44	Hipoteca	Crédito Agricola
200800004	Artº R-2180/CRP Nº ???? - Quintal do Chorão	1.270.126,20	Hipoteca	Crédito Agricola
200800006	Artº R-1047/CRP Nº 1174 - Monte das Sobreiras	199.410,81	Direito de Superficie - 20 anos	Instituto Politecnico de Castelo Branco, IP.
	Totais	4.532.066,09		

35 – Acontecimentos após a data do balanço

Na sequência do desenvolvimento da infeção epidemiológica por Covid-19, o Conselho de Administração elaborou um plano de contingência que inclui medidas suscetíveis de minimizar os riscos associados ao desenvolvimento da mesma ao nível de Pandemia.

A situação pandémica Covid-19 provocou quebras nas receitas da entidade e agravamento dos gastos com o pessoal. Considerando que as perspetivas para 2021, embora mais favoráveis, continuam pouco animadoras e envoltas em muita incerteza, estima-se uma quebra de cerca de 50% nas receitas no que diz respeito à faturação nas piscinas cobertas, piscinas descobertas e snack-bar do multiusos. A administração está a fazer o necessário para adequar a estrutura de gastos aos rendimentos previstos. Não estando em causa a continuidade da empresa, os próximos períodos económicos não serão de fácil equilíbrio económico e financeiro.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pelo órgão de gestão e autorizadas para emissão em 26 de maio de 2021.

Fundão, 26 de maio 2021

O Contabilista Certificado

CC 10902

O Conselho de Administração

CRUZ MARTINS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Urbanização Quinta das Rosas, Lote 2, r/c - Esq.º 6200-551 COVILHÃ

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **VIVERFUNDÃO-PROMOÇÃO E GESTÃO DAS CONDIÇÕES ESTRUTURAIS E INFRAESTRUTURAIS PARA O CONCELHO DO FUNDÃO, E.M.**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 8.797.296 euros e um total de capital próprio de 3.231.907 euros, incluindo um resultado liquido de 4.694 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **VIVERFUNDÃO-PROMOÇÃO E GESTÃO DAS CONDIÇÕES ESTRUTURAIS E INFRAESTRUTURAIS PARA O CONCELHO DO FUNDÃO, E.M.** em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com Normas de Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reserva.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentos aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- a avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também: 2

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova da auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas

divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditora obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Fundão, 11 de junho 2021

CRUZ MARTINS & ASSOCIADOS, SROC, LDA
Registada na CMVM sob o nº 20161596
Representada por João Alberto Cruz Martins, ROC nº 735

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

REALIZADA EM
18/06/2021

A Câmara Municipal tomou conhecimento da Prestação de Contas da Viverfundão, E.M. – ano 2020.

O Vice-presidente _____
(Miguel Gavinhos)

A Diretora do Departamento de Administração e Finanças _____
(Isabel Carvalho)